



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, reuniu-se em Audiência Pública, a Comissão Mista, para demonstração do Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, do Município de São Bernardo do Campo. Presentes, pela Comissão Mista, os seguintes membros: Vereadores Ary de Oliveira, Presidente; Bispo João Batista, Líder do PRB e Martins Martins, Líder do PHS. Presentes, ainda, os Vereadores: Jorge Araújo e Lia Duarte. O Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: Senhor(a) Júlia Benício, Secretária de Governo; Gilma Cardoso, Contadora da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Luiz Antônio de Oliveira Dantas, Contador da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Fátima P. dos Santos, Encarregada de Serviço da Secretaria de Segurança Urbana; Robson Tadeu de Almeida, Assistente do Diretoria da Secretaria de Finanças; Matias José de Sousa, Diretor do Departamento de Tesouro da Secretaria de Finanças; Renato Canhizares Talalas, Auditor Fiscal de Rendas Municipais da Secretaria de Finanças; Moises Pais dos Santos, Economista da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Cristiano Liberato, Encarregado da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Cecilia Lorena Viana Gomes, Chefe de Seção da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Celmo Melo, Economista da Secretaria de Finanças; Ronaldo Bocch, Consultor da Secretaria de Finanças; Agnes Mello Farias Ferrari, Diretora Geral do Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo; Rodolfo Strufaldi, Diretor do Departamento de Atenção Básica e Gestão do Cuidado; Luis Fernando Passarin, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Fabiana Rodrigues Martins, Diretora do Departamento de Receita da Secretaria de Finanças; Samuel Gomes Pinto, Diretor-Presidente da Fundação Criança; Maria Isabel S. Costa, Chefe de Divisão da Secretaria de Finanças; Roseli Candida dos Santos, Assistente de Diretoria da Contabilidade e Controladoria da Secretaria de Finanças; Luis Cocco, Oficial de Gabinete do Rotativo São Bernardo; Márcio Gatti Messias, Assessor Jurídico da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania; José Roberto Gil Fonseca, Secretário-Adjunto de Assuntos Jurídicos; José Carlos Gobbi Pagliuca, Secretário de Assuntos Jurídicos; Suzana Aparecida Decheche Oliveira, Secretária de Educação; Luciano Eber Nunes Pereira, Secretário de Planejamento Urbano; Fernando Martini, Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Carlos Takeo Ishikawa, Assistente Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Vânia Maria Faustino Aguiar, Chefe de Seção da Secretaria da Cultura; Luiz Carlos Gonçalves da Silva, Superintendente do IMASF; José Ernesto Lopes Ortega, Chefe da Seção de Contabilidade e Orçamento do IMASF; Henrique Aparecido Vicente, Contador do SBCPREV; José Hyppolito das Neves, Secretário-Adjunto - Coordenação Governamental; Eloá Flores, Diretora na Secretaria da Educação; Mary A. Y. Campanha, Chefe de Divisão da Secretaria da Educação; Nueli O. Quirino de S. Vinturini, Diretora de Departamento da Secretaria da Educação; Luciana Pires, Auxiliar Técnico da Secretaria de Habitação; Ana Letícia Matheus Nunes, Assistente Técnica de Prog. Tributária da Secretaria de Finanças; Edson Nakazone, Diretor da Secretaria de Saúde; Deise de Sá B. Kwoiwa, Coordenadora Administrativa de Saúde Mental da Secretaria de Saúde,





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Wagner Kuroiwa, Diretor de Departamento na Secretaria da Saúde; Karina Zoratti, Agente Técnico de Obras na Secretaria de Serviços Urbanos; Marcelo Augusto Andrade Galhardo, Diretor de RH na Secretaria de Administração; Alline Maria Freitas, Analista de Processos na Secretaria de Administração; Wagner Augusto do Nascimento, Oficial Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Camila Hatty, Assistente de Diretoria da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Carlos Alberto Garcia Romero, Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Luiz Mognon, Secretário-Adjunto da Secretaria de Comunicação; Carlos Alberto dos Santos, Secretário de Segurança Urbana; Neusa Maria Sacchi, Secretária-Adjunta de Finanças; Marlúcia C. Santos, Bilheteira - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; Carlos Antonio Fadel, Diretor Técnico do HPSC; Roberto A. Ramos Filho, Diretor Técnico no Hospital das Clínicas Municipal José de Alencar; Luiz Roberto Beber, Diretor do Complexo Hospitalar de São Bernardo do Campo; Tadeia Gusmao Muritiba Buchmann, Assistente Técnico da Secretaria da Saúde; Heloisa Molinari Calderon Nascimento, Diretora de Departamento de Administração de Saúde, da Secretaria de Saúde; Stefanos P. Lazon, Diretor de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde; Amanda P. Tavares, Coordenadora Médica - Secretaria de Saúde; Luiz Guerreschi Filho, Médico - Secretaria de Saúde; Antonio Gilmar Giraladini, Diretor Administrativo e Financeiro do SBCPREV; Edson Barbosa Sobrinho, Diretor Previdenciário do SBCPREV; Atila Imre Bélaváry, Consultor Regional Fundiário da Secretaria de Habitação; Mirian Paz Martinez, Chefe de Seção da Secretaria de Transportes; Erival Daré, Secretário-Adjunto de Transportes; Helmer Velloso, Chefe de Divisão de Planejamento da Secretaria de Saúde; Mônica Carneiro, Diretora Técnica do HMUSBC; Marcos Galante Vial, Diretor Superintendente do SBCPREV; Pedro Antonio Aguiar Pinheiro, Secretário de Administração e Modernização Administrativa; Marco Antonio Bosculo Pacheco, Secretário-Adjunto de Saúde, Mario Orsolan, Secretário-Adjunto de Serviços Urbanos. Presentes, ainda, os seguintes representantes de entidades: Senhores(as) Odilon Luiz de Oliveira Junior, Delegado Regional do Conselho Regional de Contabilidade; Luiz Lucas Castello Branco, Conselheiro da CIESP; Juliana Rocha Palecio Feliciano, Conselheira do Conselho Tutelar Área III; Geraldo Gomes da Silva, Presidente do Conselho Sociedade Amigos da Vila São Pedro e Ivani Pinto, Presidente da Sociedade Amigos do Bairro Batistini. Antes de abrir os trabalhos, o Sr. Presidente da Comissão promoveu os seguintes esclarecimentos: 01) que a presente audiência foi convocada para que os técnicos do Executivo Municipal demonstrem o Projeto de Lei nº 87/2017, Protocolo Geral nº 4828/2017, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021", visando assegurar a transparência na gestão orçamentária, conforme dispõe o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o artigo 44, do Estatuto das Cidades; 02) que a Câmara fez publicar no Jornal "Notícias do Município", edições dos dias 27 de outubro e 02 de novembro de 2017, comunicado convidando o público a participar da audiência; 03) que referido convite também foi realizado por meio do site oficial da Câmara na internet; 04) que, após as explicações feitas pelo representante do Executivo Municipal, será franqueada a palavra aos Vereadores e, logo em seguida, para os representantes da comunidade presentes à audiência, para que façam as perguntas e/ou sugestões que entenderem necessárias. Prosseguindo, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e compôs a mesa. Para tanto, solicitou a presença dos Senhores José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças do Município; Alcir Pirani, Diretor de





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, e Tatiana Moncayo Rebucci, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo. Em seguida, passou a palavra ao Sr. José Luiz Gavinelli, para sua exposição. Após a exposição, o Sr. Presidente passou a palavra aos Srs. Vereadores para as perguntas que se fizeram necessárias e, em seguida à população presente. Feitos os pronunciamentos e, posteriormente, os esclarecimentos pelos representantes do Executivo Municipal, o Sr. Presidente determinou que as notas taquigráficas que registraram a audiência, bem como os quadros demonstrativos elaborados pela Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo e listas de presenças da audiência integrassem a presente ata. Por fim, o Sr. Presidente da Comissão Mista agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos às 10h, determinando a lavratura da presente ata, que será lida e assinada por quem de direito.

  
**ARY DE OLIVEIRA**

Presidente da Comissão Mista  
Líder do PSDB

  
**BISPO JOÃO BATISTA**

Líder do PRB

  
**MARTINS MARTINS**

Líder do PHS



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 87/2017, PG 4828/2017, QUE “DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021”, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO ÀS NOVE HORAS.**

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Bom dia.

Vamos dar início à audiência pública da Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para tratar do Projeto de Lei nº 87/2017, PG nº 4828/2017, que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021”.

A Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é constituída pelas seguintes lideranças partidárias.

Vereador Ary de Oliveira, líder do PSDB – Presidente;

Vereador Reginaldo Burguês, líder do PSD – Vice-Presidente;

Vereador Joilson Santos Carvalho, líder do PT;

Vereador Aurélio, líder do PTB;

Vereador Fran Silva, líder do SD;

Vereador Ramon Ramos, líder do PDT;

Vereador Gordo da Adega – Josias Paz, líder do PC do B;

Vereador Julinho Fuzari, líder do PPS;

Vereador Índio, líder do PR;

Vereador Eliezer Mendes, líder do PODE;

Vereador Mauro Miaguti, líder do DEM;

Vereador Martins Martins, líder do PHS;

Vereador Bispo João Batista, líder do PRB.

A população foi convidada a participar desta audiência pública por meio de comunicado publicado no Jornal “Notícias do Município”, edições dos dias 27 de outubro e 02 de novembro de 2017, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Comissão Mista, convida o público para participar de audiência pública a ser realizada no Plenário da Câmara, no dia 06 de novembro de 2017, às 9h, referente ao Projeto de Lei nº 87/2017, que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021”. Vereador Ary de Oliveira. Presidente da Comissão Mista”.

Informamos, ainda, que disponibilizamos referido convite em nossa página da internet.

Neste momento, faremos a composição da Mesa dos trabalhos. Convidamos o Sr. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças do Município; o Sr. Alcir Pirani, Diretor de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, e Tatiana Moncayo Rebucci, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo. Informamos e agradecemos a presença do Vereador Bispo João Batista.

Informamos que, após a exposição feita pelo representante do Executivo Municipal, esta Presidência passará a palavra aos Vereadores.

Logo em seguida, a população aqui presente poderá fazer suas perguntas por escrito, por meio de formulário fornecido pelos funcionários desta Câmara Municipal.

Passaremos a palavra aos técnicos do Poder Executivo Municipal, para a exposição.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Com a palavra, o Sr. José Luiz Gavinelli.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Presidente da Comissão Mista, Vereador Ary de Oliveira, e em seu nome cumprimentar o Vereador presente e agradecer a presença.

Gostaria também de cumprimentar a nossa Secretária de Governo, Julia Benício, e em seu nome cumprimentar aos demais Secretários, Secretárias e representantes das autarquias municipais.

Gostaria também de cumprimentar os membros do Conselho Municipal de Orçamento que se encontram presentes, o Sr. Odilon, representando o Conselho Regional de Contabilidade, Sr. Geraldo, suplente da comunidade, e Ivani.

Cumprimentar a nossa equipe, através do Alcir Pirani, diretor de orçamento e contabilidade, equipe essa que foi responsável pela elaboração desta peça de planejamento e também em seu nome cumprimentar os demais integrantes da equipe da Secretaria de finanças, que tem me auxiliado na missão de estar administrando as finanças do Município em atendimento à solicitação do Sr. Prefeito e ao convite.

Eu gostaria de deixar bem evidente a importância que o nosso Prefeito dá a esta audiência, onde ele solicitou o comparecimento de todos os Secretários, de todos os representantes das autarquias, para que pudessem nesta Casa tirar todas as dúvidas que por acaso sejam levantadas ou questionadas pelos Vereadores ou pela população.

Inicialmente, antecedendo até à audiência, nós gostaríamos de passar algumas projeções e até acho que é importante dar uma explicação, com relação a uma coisa até que é uma exceção no nosso Estado, acho que até no nosso país, que foi a decisão do nosso Prefeito de fazer a antecipação do décimo terceiro salário.

Isso somente foi possível porque nos meses de agosto, setembro e outubro, em cima da previsão que a Secretaria de Finanças realiza a cada dois meses, houve um incremento de arrecadação, ou seja, a arrecadação se portou de forma positiva nesses três meses, onde nós podemos verificar que em agosto tivemos um superávit de R\$16,4 milhões, em setembro um superávit de R\$7,4 milhões, em outubro um superávit de R\$27,3 milhões, totalizando R\$52 milhões.

Isso, na verdade, se você comparar com o ano de 2016, que a gente vai demonstrar, não houve um crescimento, nas houve um crescimento em cima de um fluxo de caixa, então permitiu que o Município antecipasse o pagamento do décimo terceiro através de um fluxo de caixa. Esse foi o motivo que levou o nosso Prefeito, felizmente, a estar antecipando o décimo terceiro para todo funcionalismo, tanto ativo quanto inativo.

No quadro seguinte nós demonstramos ainda a situação com relação às demais receitas, e já a projeção até o final do ano, onde ainda se demonstra uma queda de arrecadação em alguns principais itens, do ISS, onde nós teremos uma queda de aproximadamente R\$4,8 milhões em relação a 2016, ao Imposto de Renda retido na fonte, uma queda de R\$11 milhões, correspondente a 8%, receita da CIP, também uma queda de 6%, a receita, nossa principal receita, que é a receita de ICMS, onde teremos uma queda de R\$66 milhões, correspondente a 7% da receita, IPVA, uma queda de aproximadamente R\$3 milhões, correspondente a 1,6%, a desoneração da Lei Kandir, uma queda de quase 11%, IPI Exportação, uma queda de 10%, outras transferências correntes, uma queda de 1,2%, receitas diversas, uma queda de quase 8%, totalizando, em termos de queda, algo em torno de R\$100 milhões.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Essa é a nossa previsão com relação à receita de 2017 comparando-se com a receita de 2016, o que demonstra ainda uma preocupação e uma administração com muita austeridade das despesas públicas.

Na sequência, só de forma gráfica, nós demonstramos o ISS arrecadado em 2016, que foi na ordem de R\$393 milhões, contra R\$388 milhões estimado para este ano. O imposto de renda retido na fonte, também R\$136 milhões e uma queda de 8%, a receita da CIP, uma receita em 2016 de R\$25,5 milhões e uma previsão de R\$23,9 milhões neste exercício, ICMS, uma arrecadação em 2016 de R\$947 milhões e uma previsão este ano de R\$880 milhões, IPVA, R\$178 milhões em 2016 contra R\$175 milhões em 2017.

Em cima desse quadro, já no mês de setembro, através de alguma orientação do Sr. Prefeito, a Finanças estabeleceu medidas de contenção de despesas. Foi solicitado, através dessa resolução, a Resolução nº 19, de 22 de setembro, a contenção de despesas na ordem de 10% relativa aos meses de novembro e dezembro, com o objetivo de se buscar o equilíbrio financeiro.

Também ressaltamos novamente a austeridade que foi aplicada pelo Sr. Prefeito, e aqui agradecer também aos Secretários e dirigentes das autarquias, que foi um trabalho conjunto, onde o Município conseguiu uma economia de R\$160 milhões em vários itens, desde redução do contrato de lixo, renegociação dos contratos, congelamento de cargos comissionados, renegociação dos pagamentos inscritos em restos a pagar, redução de horas extras, Consórcio Intermunicipal, locação de veículos, rescisão de contratos, Sabesp – Projeto Pura, preparação da merenda, um novo contrato, material escolar, suspensão do carnaval, contrato de locação de imóveis, função gratificada, celular corporativo, Diário Oficial Eletrônico e Poço Artesiano Parque Estoril. Foram medidas que foram implementadas, e continuam sendo implementadas, com objetivo de se equiparar e se buscar o equilíbrio de R\$100 milhões de queda de arrecadação prevista.

Esta audiência, como o Presidente da Comissão Mista, Vereador Ary de Oliveira, colocou, em atendimento a uma convocação da Câmara, ela atende ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, como também a Constituição Federal em seu art. 165, inciso I, que fala do Plano Plurianual, a nossa Lei Orgânica, através do art. 274, e também através, em atendimento à Secretaria do Tesouro Nacional, a Portaria 437, de 2012 e a Portaria conjunta nº 2, que versam sobre procedimentos e estrutura dos orçamentos do setor público.

Nós já temos falado, em toda oportunidade, que existe um processo orçamentário na área pública, esse processo envolve desde, começa pelo PPA, que é para os quatro anos, que está sendo discutido aqui, a LDO, que inclusive já foi enviada a esta Casa e aprovada no primeiro semestre, a LOA, que já foi encaminhada a esta Casa e está em análise para aprovação, e finalmente, depois de tudo isso aprovado, é a execução do orçamento em 2018.

Também ressaltamos, como é do conhecimento da maioria de vocês, que neste ano implementamos um novo programa de participação da população nas diretrizes e metas da Administração, que foi através do Programa Governar com Você, que foi lançado em 18 de maio de 2017, foi possível, ele ficou no ar, o sistema, do dia 18 de maio até 30 de junho, coletando informações através do site e também através de formulários que foram entregues na Rede Fácil.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Na sequência nós temos o desenho do site, como ele foi, e tinha vários eixos e em cada eixo a população poderia optar em três prioridades. Foram colhidos 27.543 votos, aí nós fizemos os votos por segmento, onde a gente vê um grande equilíbrio nos votos que foram obtidos, desde sustentabilidade ambiental, 8%, cultura, assistência social.

Houve a saúde, basicamente, com 9%, que foi maior, segurança pública, 9%, assistência social, 9%, desenvolvimento econômico, 9%, educação, 9%, que foram os itens que receberam mais votos.

Na sequência, a gente já começa a entrar na questão dos valores que foram programados neste Plano Plurianual, envolvendo os exercícios de 2018 a 2021.

Então, no Plano Plurianual de 2018 a previsão é de um orçamento total fiscal de R\$5,543,977 bilhões, dividido entre Administração Direta, R\$4,990,215 bilhões, e Administração Indireta, R\$553,762 milhões. Lembrando que esse valor é um pouco acima dos demais exercícios, como vocês podem verificar, em virtude de que é previsto para o próximo ano a concessão do transporte coletivo, que existe uma estimativa de aproximadamente R\$400 milhões que o Município pode estar arrecadando.

Em 2019 uma previsão na Administração Direta de R\$4,4 bilhões, e a Administração Indireta R\$597,189 milhões, totalizando R\$4,997,716 bilhões. O PPA 2020, a previsão da Administração Direta para R\$4,380,027 bilhões e na Administração Indireta R\$629,266 milhões. E o PPA de 2021, R\$4,285,321 bilhões da Administração Direta, e da Administração Indireta R\$680,329 milhões.

Além desses valores que constam no Plano Plurianual, nós temos também os valores que são transferidos, que são transferências financeiras feitas do Tesouro diretamente para as autarquias.

No caso do SBCPrev, está previsto para 2018 a transferência de R\$261,957 milhões, em 2019 R\$293,760 milhões, em 2020 R\$320,110 milhões, em 2021 R\$339,210 milhões. Câmara Municipal, R\$77,5 milhões para os quatro exercícios. Para a ETC, R\$11,3 milhões também para os quatro exercícios. Para a Fundação Criança, R\$12,5 milhões para os quatro exercícios. E Agência Reguladora, R\$1 milhão também para os quatro exercícios. Totalizando em 2018 R\$364,257 milhões, em 2019 R\$396,060 milhões, em 2020 R\$424,410 milhões, e em 2021 R\$441,510 milhões.

Entre as receitas programadas no PPA nós destacamos aqui as de maiores impactos, então a receita tributária, que tem um peso significativo, que representa R\$1,593,1888 bilhão em 2018, seguida de transferências correntes, aqui está o ICMS, no valor de R\$1,681,457 bilhão, outras receitas correntes de R\$578,017 milhões, a concessão do transporte coletivo R\$401,403 milhões, e receitas de capital, que são as operações de crédito e transferências de capital, na ordem de R\$1,137,553 bilhão, totalizando R\$4,990,215 bilhões.

Em 2019, respectivamente, R\$1,651,384 a tributária, R\$1,763 bilhão transferências correntes, demais receitas correntes R\$181,695 milhões, receitas de capital R\$804,436, total geral R\$4,400,527 bilhões.

Em 2020, R\$1,746,813 bilhão de receita tributária, transferências correntes R\$1,859,924 bilhão, demais receitas correntes R\$190,423, receitas de capital R\$582,867 milhões.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

E, finalmente, 2021, receita tributária R\$1,817,336 bilhão, transferências correntes R\$1,937,877 bilhão, demais receitas correntes R\$197,734 milhões, receita de capital R\$332,374 milhões, totalizando R\$4,285,321 bilhões.

Quais foram os pressupostos utilizados no PPA? Adotamos um IPCA de 4,55 em 2018, o mesmo percentual para 2019, 4,5%, 2020 4,5% e 2021 4,25%. Também estamos apostando numa recuperação da economia onde o PIB em 2018 estamos estimando em 0,48%, já uma elevação para 2019 de 2,3%, 2020 2,5% e 2021 2,5%.

Na sequência, nós demonstramos a composição da receita por categoria. Os itens mais relevantes são receita tributária, que concorre com 38% da receita prevista, transferências correntes, onde a gente ressalta que o ICMS está incluso, 40%, finalmente operações de crédito, 7%, lembrando que nesse item já está prevista a entrada do CAF, que foi um financiamento recentemente assinado pelo Prefeito em Brasília e que ele inicia este ano, mas ele deve ter um volume maior em 2018, que vai fazer com que algumas obras no município saiam da paralisação que nós encontramos para que elas comecem finalmente a andar. Depois transferências de capital, que também são algumas transferências do Governo Federal e Governo do Estado para investimentos.

Aqui, é só de uma forma diferente, mas a gente continua apresentando os principais itens da receita, já com um pouco mais de detalhes: 37,7 receita tributária; outras receitas 19,6; ICMS 15,9 da receita total. Na verdade, na receita corrente fica por volta de 30%, alguma coisa assim. FUNDEB 7,8; operações de crédito 7,4; transferências de capital 5,6; IPVA 3,8, finalmente, a dívida ativa 2,2. Nossa dívida ativa parece-me que é a terceira ou quarta em termos de efetividade de arrecadação.

Aí entramos para estimativa da Administração Indireta, então, são as receitas dos próprios entes. SBCPrev, nossa Previdência, a previsão da sua receita para 2018 R\$351,147 milhões; para 2019 R\$381,301 milhões; para 2020 R\$400,608 milhões e em 2021 R\$437,426 milhões.

IMASF: R\$140,475 milhões em 2018; em 2019 R\$149,616 milhões; 2020 R\$160,820 milhões e em 2021 R\$172,111 milhões.

Faculdade de Direito: R\$37,033 milhões em 2018; em 2019 R\$38,708 milhões; 2020 R\$40,457 milhões e em 2021 R\$42,285 milhões.

Fundação Criança: R\$17,397 milhões em 2018; R\$19,749 milhões em 2019; 2020 R\$19,461 milhões e 2021 R\$20,377 milhões.

Finalmente, o Rotativo: R\$7,710 milhões em 2018; R\$7,815 milhões em 2019; R\$7,920 milhões em 2020 e R\$8,130 milhões em 2021.

Lembrando que a Agência Reguladora não tem fonte de arrecadação própria.

Totalizando a receita dos entes para quatro anos R\$553,762 milhões em 2018; R\$597,189 milhões em 2019; R\$629,266 milhões em 2020 e em 2021 R\$680,329 milhões.

Na próxima apresentação começamos a demonstrar agora os gastos por função de Governo. Não vou fazer a leitura de todos os itens, vai ficar no site, passaremos uma cópia aos Vereadores também.

O primeiro item, fizemos até por ordem de recurso alocado: Saúde, com um total nos quatro anos de R\$4,411 bilhões, sendo R\$2,455 bilhões por fonte 01, fonte do Tesouro R\$208,284 milhões, transferências do Estado; R\$15,836 milhões de fundos; R\$1,546,123 bilhão advindos da União e R\$186,167 milhões operações de crédito.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Seguido da Educação, um total de R\$3,981,925 bilhões, sendo R\$2,245,390 bilhões fonte 01; R\$1,402,122 bilhão do Estado, fonte 02; R\$4,080 milhões de fundos; R\$322,233 milhões da União, e, finalmente, R\$8,100 milhões operações de crédito.

Transporte, com R\$2,054,281 bilhões, R\$1,046,662 bilhão fonte do Tesouro, observando aqui que está a previsão daquele recurso da concessão de transporte coletivo; R\$2,300 milhões do Estado; R\$214,279 milhões em fundos; R\$121 milhões da União e R\$670,040 milhões de operações de crédito, aqui dentro está o CAF.

E, finalmente, só para detalhar, urbanismo, que é SU: R\$1,336,120 bilhão fonte 01; R\$1,300 bilhão do Estado; R\$3,900 milhões de fundo; R\$64,409 milhões da União; R\$5 milhões de outras parcerias e R\$134,400 milhões operação de crédito, que também existe aqui uma obra financiada pelo CAF. Totalizando, temos para os quatro anos: fonte 01 R\$10,424 bilhões; do Estado R\$1,637,432 bilhão; de fundos, R\$296,327 milhões; da União R\$2,723,857 bilhões; parcerias R\$9 milhões; operações de crédito R\$1,339,237 bilhão. Totalizando R\$16,429,853 bilhões. Ou seja, 64% do orçamento é fonte 01.

Agora, detalhes de despesa por Secretaria, já falamos por função. De maior peso é a Secretaria de Administração de Modernização Administrativa R\$4,699,980 bilhões, correspondente a quase 23% do total, lembrando que aqui está a folha de pagamento e todos os encargos.

Secretaria de Saúde, juntamente com o Fundo de Saúde, R\$3,937,105 bilhões, representando 19,2% do total.

Secretaria de Transportes, são as obras de mobilidade urbana, R\$2,012,494 bilhões, 9,8% do total.

Secretaria de Educação, R\$1,423,098 bilhão, representando 6,9%.

Encargos Gerais do Município, R\$1,368,079, 6,7%, lembrando que nesse item aqui está toda a dívida fundada, toda amortização e os juros da dívida fundada.

Secretaria de Serviços Urbanos, R\$1,241,969 bilhão, representando 6,1%.

Secretaria de Habitação, R\$1,054,942 bilhão, 5,1%.

As demais são valores mais inferiores.

Aí vamos à Administração Indireta. Temos lá o total. O IMASF é o maior orçamento da Administração Indireta, um total de R\$2,864,064 bilhões, correspondente a 70% da Administração Indireta.

Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo – IMASF, R\$60.814 milhões, representando 14,7% da peça.

Câmara Municipal, R\$274,249 milhões, representando 6,7% do total.

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, R\$139.897 milhões, representando 3,4%.

Fundação Criança de São Bernardo do Campo, R\$129,984 milhões, 3,1% do total.

Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo, R\$45,200 milhões, 1,1% do total.

Rotativo São Bernardo, R\$31,575 milhões, 0,8% do total.

Agência Reguladora, R\$4 milhões, 0,1% do total.

Um orçamento da Administração Indireta de R\$4,086,783 bilhões.

Consolidação de todos os valores da Administração Direta e Indireta. Administração Direta R\$16,429,853 bilhões, representando 80,1% do valor previsto de





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

quatro anos. Administração Indireta R\$4,086,783 bilhões, representando 19,9%. Total R\$20,516,636 bilhões.

Na sequência apresentaremos, de acordo com o que foi proposto tanto no plano de Governo quanto também no programa governar com você, os eixos do Governo. Depois, dentro de cada eixo seus respectivos programas.

Foram eleitos na verdade oito eixos.

1 – Nossa São Bernardo com oportunidades de emprego e renda, com 3 programas.

2 – Nossa São Bernardo com oportunidades de desenvolvimento e inclusão social, 18 programas.

3 – Nossa São Bernardo com oportunidades de viver em uma cidade digna e ambientalmente sustentável, 4 programas.

4 – Gestão eficiente e participação social, com 10 programas.

5 – Pessoal, 2 programas.

6 – Dívida e encargos, 8 programas.

7 – Reserva de contingência, 2 programas.

8 – Câmara e administração indireta, 12 programas.

Totalizando 59 programas neste PPA.

De forma rápida vou citar os eixos e o valor total do PPA, para não ficarmos ano a ano.

1 – Nossa São Bernardo com oportunidades de emprego e renda, o total que se pretende investir nos quatro anos é da ordem de R\$44,638 milhões.

2 – Nossa São Bernardo com oportunidades de desenvolvimento e inclusão social, o total nos quatro anos R\$7,644,382 bilhões.

3 – Nossa São Bernardo com oportunidades de viver em uma cidade digna e ambientalmente sustentável, um orçamento total de R\$2,304,816 bilhões.

4 – Gestão eficiente e participação social R\$496,339 milhões.

5 – Pessoal R\$4,571,599 bilhões.

6 – Dívida e encargos R\$1,372,714 bilhões.

7 – Reserva de contingência R\$517,981 milhões.

8 – Câmara e administração indireta R\$3,564,167 bilhões.

Totalizando nos quatro anos um investimento de R\$20,516,636 bilhões.

Aí, detalhamos na sequência programa a programa as Secretarias que vão executar. Também vou citar de forma rápida o eixo e quais são as unidades das Secretarias que vão executar.

1 – Nossa São Bernardo com oportunidades de emprego e renda vamos ter programa na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, da ordem de R\$12,419 milhões e na Secretaria de Planejamento Urbano e Ação Regional, com 2 programas, um de R\$10,089 milhões e outro de integração R\$22,400 milhões. Totalizando esse eixo R\$44,638 milhões.

2 – Nossa São Bernardo com oportunidades de desenvolvimento e inclusão social será executado pelo gabinete do Prefeito pela Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania e Secretária de Educação e Saúde.

Descemos ainda para Esporte e Lazer na sequência; Desenvolvimento Social e Cidadania; Segurança Urbana; Secretaria de Transporte e Vias Públicas; Cultura; Secretaria de Relações Internacionais. O total do eixo será de R\$7,644,382 bilhões.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

3 – Nossa São Bernardo com oportunidades de viver em uma cidade digna e ambientalmente sustentável que teremos três Secretarias que desenvolverão os programas: Serviços Urbanos, com o programa Nova São Bernardo e São Bernardo Mais Seca; Habitação, com a Casa é Minha; Gestão Ambiental, Desenvolvimento Socioambiental e Sustentável. Totalizando esse eixo R\$2,304,816 bilhões.

4 – Gestão eficiente e participação social será executado pelo Gabinete do Prefeito através do programa São Bernardo do Jovem que Faz a Diferença; Secretaria de Chefia de Gabinete através da Gestão do Gabinete do Prefeito; Secretaria de Governo – ao Apoio Administrativo às Ações do Governo; Secretaria de Finanças – Gestão Responsável dos Recursos; Secretaria de Obras – Gestão de Obras Públicas, Concessionárias e Iluminação Pública; Secretaria de Orçamento e Planejamento – Governar com Você; Secretaria de Comunicação – Respeito e Transparência com o Dinheiro Público; Procuradoria Geral do Município – Gestão das Ações de Assessoramento Jurídico e Atuação Judicial; Secretaria de Administração e Modernização Administrativa – Gestão Pública Eficiente Voltada ao Cidadão; Coordenação Governamental – Gestão da Secretaria de Coordenação Governamental. Total do eixo que será investido R\$496,339 milhões.

5 – Pessoal, será executado integralmente pela Secretaria de Administração e Modernização Administrativa através do recolhimento que é feito ao PASEP e também Gestão de Pessoas, onde inclui aqui Pessoal e Encargos. Total do eixo de Pessoal R\$4,571,599 bilhões.

6 – Dívida e encargos, 8 programas, será executado pela SBCPREV – Gestão de Compromissos Judiciais e Administrativos; Encargos Gerais – Gestão de Sentenças Judiciais, Dívida Pública e Outros, os precatórios; Operações Especiais – Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo, Fundação Criança de São Bernardo do Campo, Rotativo São Bernardo; IMASF – Precatórios Judiciais. Totalizando nesse eixo R\$1,372,714 bilhões.

7 – Reserva de contingência, temos um recurso para Reserva de Contingência e Encargos Gerais de R\$40 milhões e no SBCPREV, que é a Reserva Atuarial no valor de R\$477,981 milhões. Total do eixo 7 R\$517,981 milhões.

8 – Câmara e administração indireta, serão executados pela Câmara Municipal através do programa Ação Legislativa; SBCPREV – Gestão da Previdência Municipal; Faculdade de Direito – Gestão da Performance da Faculdade de Direito; IMASF – Administração Geral, Assistência Odontológica Remunerada, Comercialização de Medicamentos, Assistência Médico-hospitalar; Empresa de Transporte Coletivo – Modernização e Eficiência da Gestão do Transporte Coletivo Municipal; Fundação Criança – Apoio Administrativo à Fundação Criança, Proteção Social Básica e Especial a Crianças, Adolescentes e Jovens; Rotativo – Operação do Rotativo São Bernardo; Agência Reguladora – Regulação dos Serviços de Saneamento Básico. Total do eixo R\$3,564,167 bilhões.

Tanto essa transparência quanto o projeto de lei ficam disponíveis no site, <http://www.saobernardo.sp.gov.br>, à disposição de vocês para qualquer consulta. Encerramos a explanação e ficamos à disposição para qualquer dúvida que surgir. Presidente, se me permite, nas outras audiências temos combinado mais ou menos o seguinte: se houver qualquer dúvida, que todas sejam passadas a cada Secretário, que





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

anota, e no final o Secretário vem ao plenário e explica todas as dúvidas. Não sei se pode ser dessa forma, que aí o Secretário vem uma vez só e já anota todas as dúvidas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Destacamos e agradecemos a presença dos Vereadores Martins Martins, Jorge Araújo e Lia Duarte. Também queremos destacar a presença dos seguintes representantes do Poder Executivo Municipal: Júlia Benício – Secretária de Governo; Gilma Cardoso – Contadora da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Luiz Antônio de Oliveira Dantas – Contador da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Samuel Gomes Pinto – Diretor-Presidente da Fundação Criança; Suzana Aparecida Decheche Oliveira – Secretária de Educação; Luciano Eber Nunes Pereira – Secretário de Planejamento Urbano; Fernando Martini – Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo; José Roberto Gil Fonseca – Secretário-Adjunto de Assuntos Jurídicos; José Carlos Gobbi Pagliuca – Secretário de Assuntos Jurídicos; Luis Cocco – Oficial de Gabinete do Rotativo São Bernardo; Luiz Mognon – Secretário-Adjunto de Comunicação; Carlos Alberto dos Santos – Secretário de Segurança Urbana; Neusa Maria Sacchi – Secretária-Adjunta de Finanças; Stefanos P. Lazon – Diretor de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde; José Hyppolito das Neves – Secretário-Adjunto da Coordenação Governamental; Luiz Carlos Gonçalves da Silva – Superintendente do IMASF; Marcos Galante Vial – Diretor Superintendente do SBCPREV; Erival Daré – Secretário-Adjunto de Transportes; Carlos Alberto Garcia Romero – Secretário-Adjunto do SEDESC; Pedro Antonio Aguiar Pinheiro – Secretário de Administração e Modernização Administrativa e Marco Antonio Bosculo Pacheco – Secretário-Adjunto de Saúde.

Representantes de entidades presentes nesta audiência pública: Odilon Luiz de Oliveira Junior – Delegado Regional do Conselho Regional de Contabilidade; Geraldo Gomes da Silva – Presidente do Conselho – Sociedade Amigos da Vila São Pedro; Ivani Pinto – Presidente da Sociedade Amigos do Bairro Batistini; Juliana Rocha Palecio Feliciano – Conselheira do Conselho Tutelar Área III e Luiz Lucas Castello Branco – Conselheiro da CIESP.

Se não mencionei alguém, peço que passe o nome para a Dra. Ângela, para mencionarmos.

Feita a exposição, esta Presidência passa a palavra aos nobres Vereadores, para que façam seus questionamentos. (Pausa)

Com a palavra o Vereador Bispo João Batista.

O SR. BISPO JOÃO BATISTA – É uma dúvida. Estamos vendo aqui o seguinte, por exemplo, a Faculdade de Direito acho que temos uma despesa mensal com ela e observamos que a contrapartida, falando em termos financeiros é bem menor. Minha pergunta é qual o ganho? Há um efeito compensatório nesse investimento? Que ganho o Governo tem mantendo essa Faculdade de Direito? Porque vemos que, financeiramente falando, estamos investindo e não estamos tendo retorno nem de 50%. Essa era minha dúvida, só um esclarecimento. De repente há um ganho social, não sei.





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Agradeço à pergunta do Vereador Bispo João Batista.

Existe o quadro onde colocamos Administração Indireta (Receita Própria dos Entes). Vereador, na verdade o município não faz qualquer repasse à Faculdade de Direito. Até procuramos demonstrar nesse quadro, a Faculdade de Direito faz parte do PPA como uma autarquia municipal, no entanto, por esse quadro, ela tem receita própria dela, das mensalidades. Em 2018 R\$37,033 milhões; em 2019 R\$38,708 milhões; em 2020 R\$40,457 milhões e em 2021 R\$42,285 milhões. Procurei fazer essa apresentação, também está aí na planilha, mas a Faculdade de Direito tem independência financeira, tem uma excelente execução financeira, na verdade é uma faculdade de renome nacional, muito conhecida e administra com seus próprios recursos. O município não faz qualquer destinação de recurso do orçamento próprio. Nos quatro anos ela totaliza quase R\$160 milhões de receita, tem total independência financeira.

O SR. BISPO JOÃO BATISTA (Fora do microfone) – Ela é um ente?

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Ela é um ente, é uma autarquia municipal, faz parte na verdade da Administração, no entanto, tem total independência e a gestão financeira é totalmente independente, não requer nenhum recurso do Poder Público, como subvenção, como auxílio, alguma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Destacamos também a presença do Secretário de Administração, Sr. Pedro Pinheiro e do Secretário-Adjunto de Serviços Urbanos, Sr. Mario Orsolan.

Esclarecida a dúvida do Vereador Bispo João Batista, indagamos se mais algum Vereador, representante de entidade ou munícipe quer realizar questionamentos acerca do projeto. (Pausa.) Atendidos todos os requisitos necessários para a realização da presente audiência e tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados, esta Presidência declara encerrados os trabalhos e agradece a presença das autoridades, bem como da população, dos representantes das entidades e especialmente aos técnicos da Secretaria de Finanças, pela exposição e pelos esclarecimentos. Muito obrigado a todos.

-o0o-

Encerra-se a audiência às 10h.

-o0o-